

TRAMITAÇÃO PARA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO DO
PROGRAMA EQUIPAMENTOS
URBANOS DE UTILIZAÇÃO
COLECTIVA
(SUBPROGRAMA 1 – 1ª fase)

ÍNDICE:

1. APRESENTAÇÃO
2. LEGISLAÇÃO DE ENQUADRAMENTO
3. TRAMITAÇÃO DOS PROCESSOS
4. FLUXOGRAMA DA TRAMITAÇÃO
5. ANEXOS

1. Apresentação

Constitui objectivo das políticas integradas de Desenvolvimento Regional a melhoria de qualidade de vida das populações e a aposta no crescimento equilibrado e harmonioso do todo nacional.

O presente Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva (abreviadamente designado por Programa de Equipamentos) é um poderoso instrumento financeiro para o reordenamento urbano e apoio à implantação de equipamentos e redes de infra-estruturas de utilidade pública, já que atribui uma comparticipação financeira para a construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de equipamentos urbanos de utilização colectiva, incluindo equipamentos religiosos.

Com efeito, o programa de financiamento em questão, com largas tradições no seio do Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), configura-se igualmente como um facilitador da política de reestruturação territorial e dinamização de centros de desenvolvimento local e regional.

A definição do quadro normativo e das prioridades de investimento é da responsabilidade do MAOTDR, sem prejuízo de delegação nas Secretarias de Estado (Secretaria de Estado das Autarquias Locais e Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e Ambiente), consoante o tipo de equipamento.

A gestão financeira e a coordenação do programa a nível nacional são asseguradas pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e pela Direcção Geral de Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), designados como serviços coordenadores do Programa Equipamentos.

À Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRCC), enquanto serviço desconcentrado do MAOTDR, compete todos os procedimentos de divulgação, apreciação das candidaturas e acompanhamento da execução física e financeira dos contratos.

Para esse efeito, além de contemplar as orientações definidas na legislação em vigor, esta Norma introduz diversos procedimentos que visam racionalizar e tornar mais objectivo e transparente o processo de acompanhamento e apreciação dos contratos por parte da CCDRC.

Nesta Norma sistematizam-se - sob a forma descritiva e de fluxograma - as etapas, passos, conteúdos e responsáveis da tramitação do Programa Equipamentos.

Esta Norma deve ser aplicada de forma sistemática a todos os processos deste tipo em que a CCDRC intervém.

2. Legislação de Enquadramento

A presente Norma de Procedimentos é enquadrada pelos seguintes diplomas legais:

- **Despacho Normativo n.º 7187/2003**, de 21 de Março, publicado no Diário da República de 11 de Abril: Regulamento do Programa Equipamentos Urbanos de Utilização Colectiva.
- **Despacho conjunto n.º 683/2003**, de 2 de Junho, publicado no Diário da República de 3 de Julho: Formulários de candidatura.
- **Decreto-lei nº 317/97**, de 25 de Novembro, publicado no DR nº 273/97, de 25 de Novembro (I-A Série).

3. Tramitação dos Processos

Na sistematização que se apresenta seguidamente, consideraram-se as principais etapas e passos da tramitação dos contratos do Programa Equipamentos – 1ª fase do Subprograma nº 1 (obras com orçamento superior a 100.000,00 €).

A numeração adoptada referencia cada etapa e passo ao fluxograma que se apresenta no ponto 4 desta Norma.

Nota:

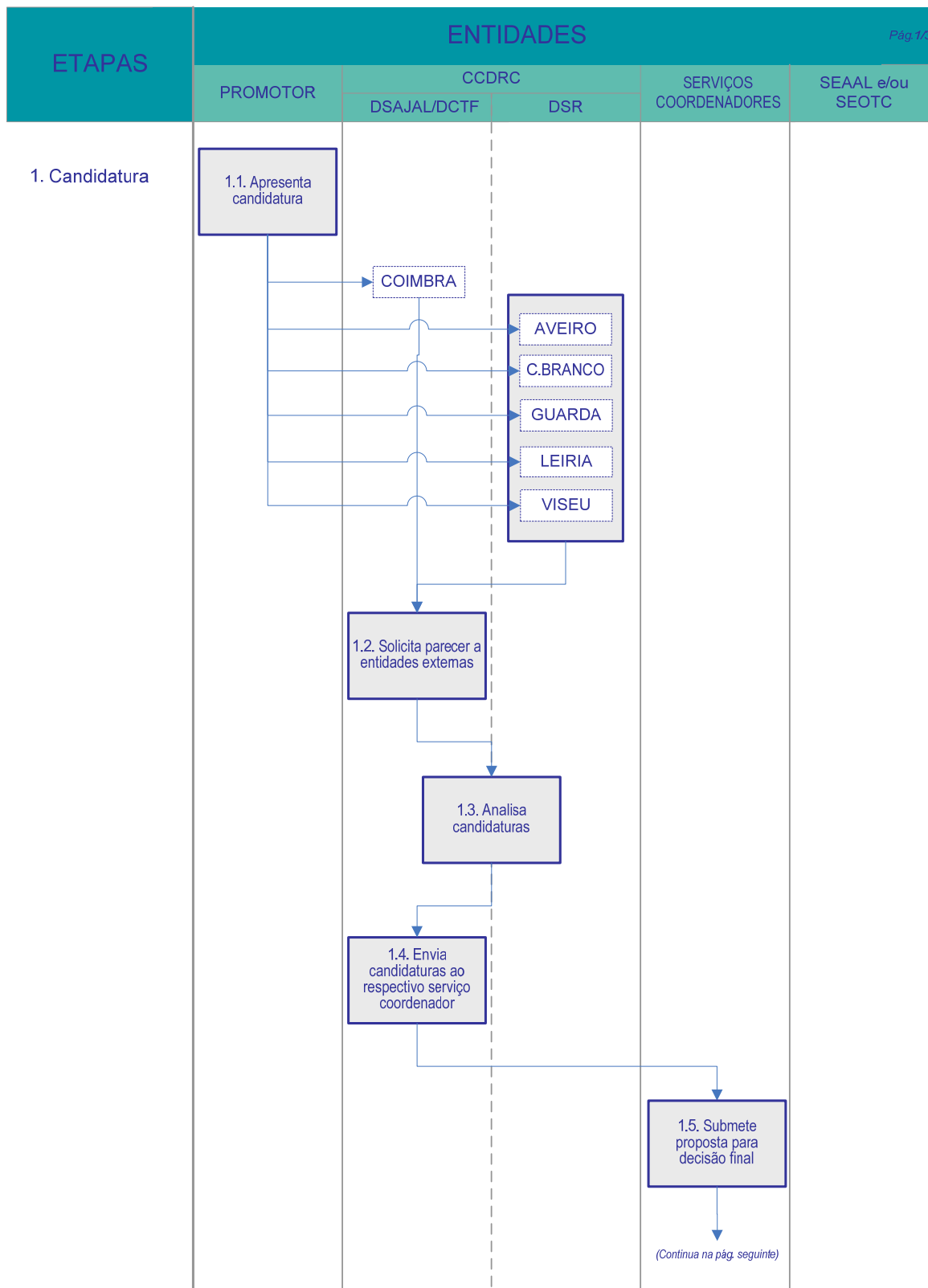
O processo de selecção e aprovação das candidaturas a este subprograma (SP1) é constituído por duas fases:

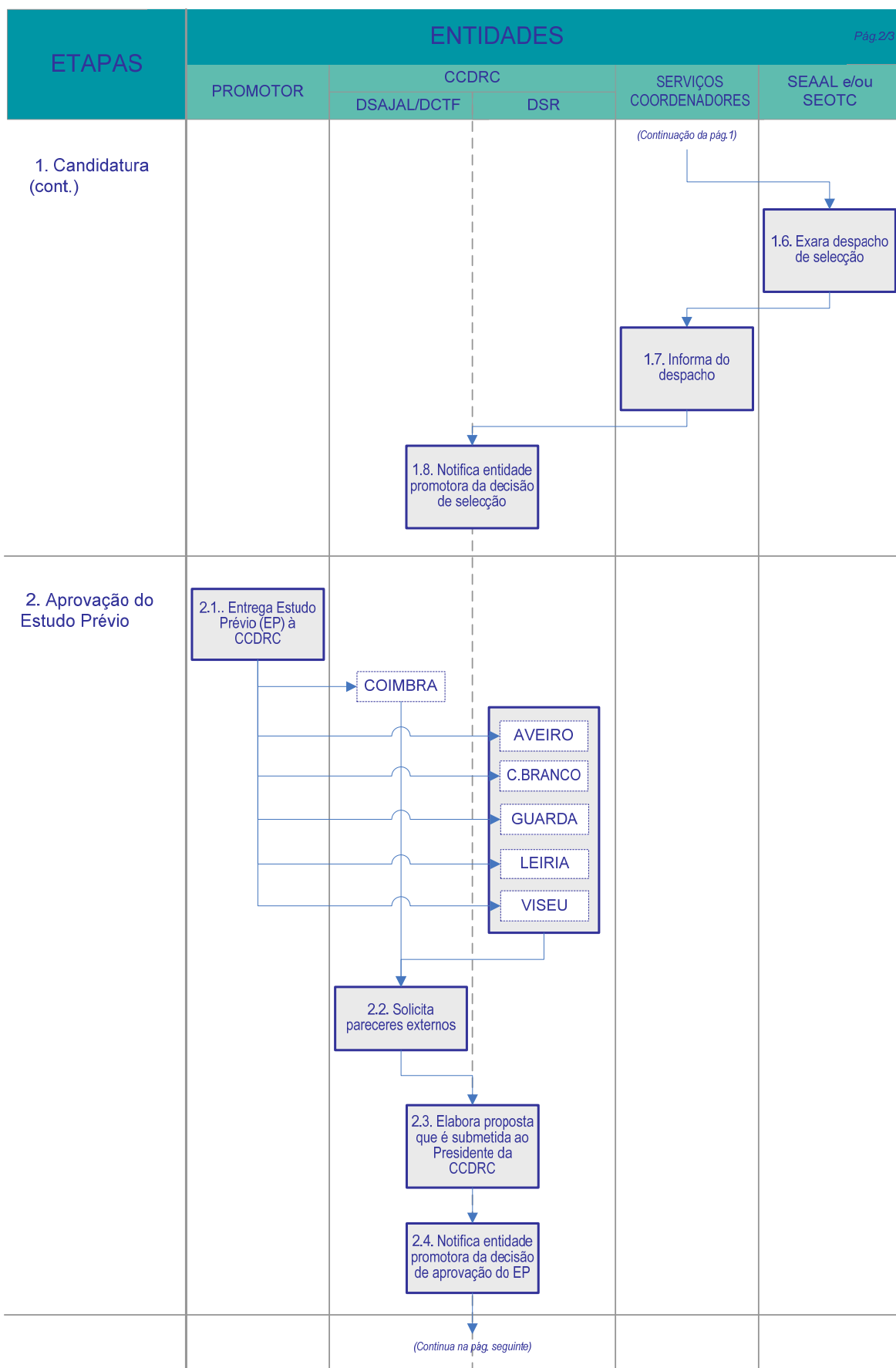
- 1ª fase – selecção das candidaturas com base na apresentação de programa base e estimativa de custos, a qual não envolve qualquer compromisso de financiamento por parte do Estado;
- 2ª fase – selecção de candidaturas à 2ª fase e aprovação da comparticipação financeira com celebração do contrato de financiamento.

ENQUADRAMENTO LEGAL	ETAPAS E PASSOS DA TRAMITAÇÃO
<p>Despacho nº 718/2003</p> <p>Despacho conjunto nº 683/2003</p>	<p>1. Candidatura</p> <p>1.1. As entidades destinatárias deste programa (anexo 1.1), apresentam candidaturas à 1ª fase do Programa Equipamentos junto da CCDRC (DCTF ou DSR), mediante a entrega do respectivo formulário de candidatura e documentação exigida (anexo 1.4), em regime de candidatura aberta.</p> <p>Notas:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1. Se o município pertence ao Distrito de Coimbra, a candidatura é entregue nos Serviços Centrais da CCDRC (DSAJAL/DCTF). Nos restantes casos, é entregue nas Divisões Sub-Regionais (DSR) da CCDRC dos respectivos distritos da Região Centro. 2. Formulários disponíveis na página de internet dos serviços coordenadores: www.dgaa.pt e www.dgotdu.pt. <p>1.2. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) solicita parecer às entidades que sectorialmente se devam pronunciar sobre o programa base e a relevância do equipamento para o sector.</p> <p>1.3. A CCDRC (DCTF ou DSR) analisa as candidaturas no prazo de 22 dias a contar da data da recepção dos pareceres das entidades sectoriais consultadas ou após 22 dias se não houver resposta dessas entidades.</p> <p>1.4. CCDRC (DSAJAL/DCTF) envia o conjunto de candidaturas analisado aos respectivos serviços coordenadores do Programa Equipamentos (DGAL e/ou DGOTDU) até ao dia 5 do mês seguinte ao final do trimestre.</p>

<p><u>Despacho n° 718/2003</u></p> <p><u>Despacho conjunto n° 683/2003</u></p>	<p>1.5. Os serviços coordenadores submetem a lista de candidaturas a despacho de selecção ao respectivo membro do governo (SEAAL e/ou SEOTC) até ao dia 15 do mês seguinte ao final do trimestre.</p> <p>1.6. O(s) membro(s) do governo examam despacho de selecção até ao final do 2º mês do trimestre seguinte</p> <p>1.7. Os serviços coordenadores informam a CCDRC do despacho de selecção.</p> <p>1.8. A CCDRC (DCTF ou DSR) notifica as entidades promotoras da decisão de selecção.</p>
<p><u>Despacho n° 718/2003</u></p>	<p>2. Aprovação do Estudo Prévio</p> <p>2.1. A Entidade Promotora, cuja candidatura foi aprovada, entrega o estudo prévio na CCDRC (DCTF ou DSR).</p> <p>Nota: O prazo da entrega do estudo prévio é de 110 dias a contar da data da comunicação do despacho de selecção.</p> <p>2.2. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) solicita parecer, no prazo de 10 dias, às entidades que sectorialmente se devam pronunciar sobre o projecto.</p> <p>2.3. A CCDRC (DCTF ou DSR) elabora proposta, no prazo de 22 dias, a qual é submetida à concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>2.4. A CCDRC (DCTF ou DSR) notifica a entidade promotora, no prazo de 10 dias, a decisão de aprovação do estudo prévio.</p>
<p><u>Despacho n° 718/2003</u></p>	<p>3. Aprovação do projecto</p> <p>3.1. A entidade promotora, após a aprovação do estudo prévio, deverá entregar à CCDRC (DCTF ou DSR), no prazo de 132 dias, mais elementos definidores da empreitada (projecto de execução, certidão de aprovação do projecto de arquitectura pela CM e processo de concurso).</p> <p>3.2. A CCDRC (DCTF ou DSR) emite parecer, no prazo de 22 dias, sobre os elementos definidores da empreitada, que é submetido a despacho de concordância do Presidente da CCDRC.</p> <p>3.3. A CCDRC (DSAJAL/DCTF) informa a entidade promotora e os serviços coordenadores (DGAL e/ou DGOTDU) da decisão de aprovação, no prazo de 10 dias.</p> <p>3.4. A entidade promotora apresenta candidatura à 2ª fase no prazo de 22 dias.</p>

4. Fluxograma da Tramitação





ETAPAS	ENTIDADES				Pág. 3/3
	PROMOTOR	CCDRC		SERVIÇOS COORDENADORES	SEAAL e/ou SEOTC
		DSAJAL/DCTF	DSR		
		(Continuação da pág. 2)			
3. Aprovação do Projecto	<div>3.1. Entrega elementos definidores da empreitada</div>		<div>3.2. Emite parecer sobre elementos entregues e submete a despacho do Presidente da CCDRC</div> <div>3.3. Informa a entidade promotora e os serviços coordenadores da aprovação do projecto</div>		
	<div>3.4. Apresenta candidatura à 2ª fase</div>				

5. Anexos

Anexo 1

Candidatura

1.1. Destinatários

(n.ºs 2, 3 e 4 do Despacho n.º 7187/2003 - Regulamento)

- Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos, oficialmente constituídas há mais de 2 anos, que prossigam fins de interesse público, desde que o equipamento a financiar se inclua no âmbito das suas finalidades estatutárias dominantes.
- Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), desde que o equipamento a financiar se inclua no âmbito das suas finalidades estatutárias principais ou secundárias.

Excepção: equipamentos de utilização colectiva de educação, segurança social, saúde, forças de segurança ou emergência e militares.

1.2. Tipologia de Equipamentos elegíveis

Religioso

- Igrejas
- Capelas mortuárias
- Centros paroquiais

Desportivo

- Campos de jogos
- Pistas de atletismo
- Polidesportivo
- Pavilhões e salas de desporto
- Piscinas

Recreativo

- Com salão de festas
- Com auditório
- Com aptidões cénicas

Cultural

- Sede de associação
- Sede de filarmónica

1.3. Formalização de candidatura

- **Formulários:**
(Despacho conjunto n.º 683/2003, de 2 de Junho)

SP1 - 1ª fase

Desportivo, Recreativo e Cultural
www.dgotdu.pt

SP1 1ª fase

Religioso
www.dgaa.pt

1.4. Os documentos de uma candidatura à 1ª fase do Sub-programa 1

(n.º 16 do Despacho nº 7187/2003)

- a) Fotocópias do cartão de identificação de pessoa colectiva e dos estatutos, caso existam, ou elementos similares, bem como acta do órgão deliberativo que nomeia a administração ou a gerência em exercício;
- b) Planta de localização do equipamento e do conjunto em que se insere, à escala 1/5.000 ou superior;
- c) Comprovativo da qualidade de proprietário, ou de outra qualidade que legitime a intervenção no imóvel, designadamente usufrutuário, locatário, superficiário ou comodatário, desde que por direito constituído por mais de 20 anos;
- d) Em caso de utilização de bens do domínio privado ou do domínio público de entidades públicas, comprovativo da constituição do direito de superfície ou da detenção de licença ou concessão de utilização do domínio público, em todas as situações por período não inferior a 20 anos, se outro limite temporal não se encontrar legalmente fixado;
- e) Programa base, elaborado nos termos da portaria de 7 de Janeiro de 1972 do Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, publicada no Diário do Governo, 2ª série, de 11 de Fevereiro de 1972, e estimativa orçamental;
- f) Extracto da planta de síntese do plano municipal de ordenamento do território em vigor, com indicação do local de implantação do equipamento ou, na ausência de plano, de parecer da câmara municipal sobre a localização do equipamento;
- g) Certidão de localização emitida pelos serviços competentes da administração central, nos casos em que seja exigido por lei em função da tipologia do equipamento;
- h) A existir, contrato celebrado com as autarquias locais ou respectivas associações e ou com outras entidades de direito público relativo à cedência de horas de utilização semanais do equipamento, devendo, nesses casos, ser expressamente definidos e discriminados os respectivos horários semanais.

1.5. Os documentos a entregar após a aprovação do estudo prévio, nas candidaturas ao Sub-programa 1, 1ª fase

(n.º 37 do Despacho nº 7187/2003)

- a) O projecto de execução, em conformidade com o disposto no nºs 7º e 19º da portaria de 7 de Fevereiro de 1972 do Ministro das Obras Públicas e das Comunicações, publicada no Diário do Governo, 2ª série, de 11 de Fevereiro de 1972;
- b) Certidão comprovativa da aprovação do projecto de arquitectura pela câmara municipal;
- c) O processo de concurso (caderno de encargos, programa de concurso e o modelo de anúncio, elaborados nos termos da legislação aplicável);

Anexo 2

2.1. Selecção das candidaturas

- **CrITÉRIOS de apreciação selecção**

(nº14 e anexo II do Despacho nº 7187/2003)

- elegibilidade da entidade e do respectivo empreendimento;
- correcta instrução documental;
- elegibilidade das despesas apresentadas;
- modelo de financiamento da obra;
- razoabilidade dos preços e orçamento apresentado;
- observância das normas técnicas destinadas a permitir a acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionadas;
- equidade territorial e localização;
- interesse público do equipamento;
- natureza do objecto social prosseguido pela entidade candidata.

- **Parâmetros de avaliação de um estudo prévio**

(nº31, 34,e 35 do Despacho nº 7187/2003)

- qualificação e profissional exigível aos técnicos autores do projecto;
- organização funcional;
- qualidade arquitectónica;
- inserção urbana e paisagística, na perspectiva formal e funcional;
- articulação com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis;
- conformidade com as tipologias;
- adequação da dimensão do equipamento.

- **Cálculo do financiamento**

(nºs 5 a 9 e anexo I do Despacho nº 7187/2003)

A taxa máxima de comparticipação financeira é de 70% do orçamento apresentado em candidatura do equipamento, com o valor máximo de 750.000,00 para candidaturas ao SP1.

A comparticipação financeira é calculada com base nos orçamentos apresentados pelas entidades promotoras, excepto quando excedam os custos padrão para cada tipo de equipamento, caso em que o montante do financiamento é calculado nos referidos valores (O IVA não é considerado no cálculo da comparticipação financeira para os equipamentos religiosos e IPSS).

A entidade promotora poderá, para o mesmo projecto, recorrer a fontes de financiamento complementares, devendo assegurar 10% do investimento elegível.

- **Custos não comparticipáveis**

(nº 11 do Despacho nº 7187/2003)

- a) estudos técnicos de levantamento de terreno e/ou dos edifícios preexistentes ou de preparação e execução de obras;

- b) estudos de mercado, de caracterização da actividade e da viabilidade económica, bem como outros estudos necessários à aferição ou demonstração da necessidade, do interesse e da viabilidade do equipamento colectivo;
- c) estudos necessários à instrução do processo de candidatura ao Programa Equipamentos;
- d) trabalhos a mais, os erros e omissões do projecto, as revisões de preços e as actualizações orçamentais;
- e) os trabalhos executados antes da homologação da obra no âmbito do SP1;
- f) quaisquer variações, para mais, dos custos, induzidas por alteração das condições de mercado;
- g) os bens móveis do equipamento, designadamente o mobiliário não fixo.

2.2. Serviços coordenadores

A coordenação do programa é repartida por serviços tutelados pela Presidência do Conselho de Ministros e pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional consoante:

- Empreendimento do subprograma 1 – religioso:
Direcção-Geral das Autarquias Locais (DGAL), na dependência do Secretário de Estado Adjunto da Administração Local (SEAAL);
- Empreendimentos do subprograma 1 – associativo:
Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU), na dependência do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades (SEOTC).

Anexo 3

Glossário

DONO DE OBRA

Pessoa colectiva que manda elaborar o projecto. É a entidade a quem compete a responsabilidade e execução dos empreendimentos constantes no contrato de financiamento.

AUTOR DO PROJECTO

Empresa, técnico(s) que contrata com o dono da obra a elaboração do projecto técnico.

PROJECTO GERAL

Documento que define as características impostas pela função específica da obra.

PROGRAMA PRELIMINAR

Documento fornecido pelo dono da obra ao autor do projecto para definição dos objectivos, características orgânicas e funcionais e condicionamentos financeiros da obra, bem como dos respectivos custos e prazos de execução a observar.

PROGRAMA BASE

Documento elaborado pelo autor do projecto a partir do programa preliminar, resultando de particularização deste, e que, depois de aprovado pelo dono de obra, serve de base ao desenvolvimento de fases ulteriores do projecto.

ESTUDO PRÉVIO

Documento elaborado pelo autor do projecto, depois de aprovado o programa base visando o desenvolvimento de solução programada.

PROJECTO DE EXECUÇÃO (PROJECTO)

Documento elaborado pelo autor do projecto, a partir do estudo prévio ou do ante-projecto aprovado pelo dono de obra, destinado a constituir, juntamente com o programa de concurso e o caderno de encargos, o processo de apresentação a concurso para adjudicação de empreitada ou de fornecimento e a facultar todos os elementos necessários à boa execução dos trabalhos.